de Junho de 1978, conforme o Aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 187, de 16 de Agosto de 1978.

Direcção-Geral de Política Externa, 12 de Setembro de 2008. — O Subdirector-Geral para os Assuntos Multilaterais, *António Manuel Ricoca Freire*.

Aviso n.º 188/2008

Por ordem superior se torna público ter o Governo do Peru efectuado, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, em 22 de Fevereiro de 2006, uma notificação nos termos do parágrafo 3.º do artigo 4.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

Notificação

«The Secretary-General of the United Nations, acting in his capacity as depositary, communicates the following:

The above action was effected on 22 February 2006.

The Permanent Mission of Peru to the United Nations presents its compliments to the Secretary-General of the United Nations and, in accordance with article 4 of the International Covenant on Civil and Political Rights, has the honour to inform him that by Supreme Decree no. 006-2006-PCM, issued on 18 February 2006 (copy attached), the state of emergency in the provinces of Marañón, Huacaybamba, Leoncio Prado and Huamaliés, department of Huánuco, the province of Tocache, department of San Martín and the province of Padre Abad, department of Ucayalli, has been extended for sixty days.

During the state of emergency, the rights of inviolability of the home, freedom of movement, freedom of association and liberty and security of the person, recognized in article 2, paragraphs 9, 11, 12 and 24 (f) of the Political Constitution of Peru and in articles 17, 12, 21 and 9 of the International Covenant on Civil and Political Rights, respectively, shall be suspended.

The Permanent Mission of Peru to the United Nations takes this opportunity to present to the Secretary-General the renewed assurances of its highest consideration.

New York, 22 February 2006.»

Tradução

O Secretário-Geral das Nações Unidas, agindo na sua qualidade de depositário, comunica o seguinte:

A notificação acima mencionada foi formulada em 22 de Fevereiro de 2006.

A Missão Permanente do Peru junto das Nações Unidas apresenta os seus cumprimentos ao Secretário-Geral das Nações Unidas e, em conformidade com o artigo 4.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, tem a honra de informar que, por meio do Decreto Supremo n.º 006-2006-PCM, publicado em 18 de Fevereiro de 2006 (cópia apensa), o estado de emergência nas províncias de Marañón, Huacaybamba, Leoncio Prado e Huamaliés, departamento de Huánuco, na província de Tocache, departamento de San Martín e na província de Padre Abad, departamento de Ucayalli, foi prorrogado por um período de 60 dias.

Durante o estado de emergência, os direitos de inviolabilidade do domicílio, de liberdade de circulação, de liberdade de reunião e de liberdade e segurança da pessoa, reconhecidos nos n.ºs 9, 11, 12 e 24, alínea f), do artigo 2.º da Constituição Política do Peru e nos artigos 17.º, 12.º,

21.º e 9.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, são suspensos.

A Missão Permanente do Peru junto das Nações Unidas aproveita o ensejo para reiterar a V. Ex.ª, Secretário-Geral, os protestos da sua mais elevada consideração.

Nova Iorque, 22 de Fevereiro de 2006.

Portugal é Parte neste Pacto, aprovado para ratificação pela Lei n.º 29/78, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 133, suplemento, de 12 de Junho de 1978, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 15 de Junho de 1978, conforme o Aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 187, de 16 de Agosto de 1978.

Direcção-Geral de Política Externa, 12 de Setembro de 2008. — O Subdirector-Geral para os Assuntos Multilaterais, *António Manuel Ricoca Freire*.

Aviso n.º 189/2008

Por ordem superior se torna público ter o Governo da França efectuado, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, em 12 de Janeiro de 2006, uma notificação nos termos do parágrafo 3.º do artigo 4.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

Notificação

«The Secretary-General of the United Nations, acting in his capacity as depositary, communicates the following:

On 12 January 2006, the Secretary-General received from the Government of France a notification declaring the termination of the state of emergency established pursuant to the Decree dated 8 November 2005, with effect from 4 January 2006.

New York, 11 January 2006.

Sir:

In accordance with article 4 of the International Covenant on Civil and Political Rights, the Permanent Representative had informed you, by his letter of 15 November 2005, that the French Government had decided, by the decree of 8 November 2005, to implement the Act of 3 April 1955 by declaring a state of emergency.

I have the honour to inform you that, by a decree of 3 January 2006, the state of emergency thus declared and extended by the Act of 18 November 2005 has been lifted effective 4 January 2006.»

Tradução

O Secretário-Geral das Nações Unidas, agindo na sua qualidade de depositário, comunica o seguinte:

O Secretário-Geral, em 12 de Janeiro de 2006, recebeu do Governo Francês uma notificação declarando a revogação do estado de emergência proclamado por meio do decreto datado de 8 de Novembro de 2005, em vigor a partir de 4 de Janeiro de 2006.

Nova Iorque, 11 de Janeiro de 2006.

Ex.º Sr. Secretário-Geral:

Em conformidade com o artigo 4.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o Representante Permanente havia informado V. Ex.ª, por meio do ofício datado de 15 de Novembro de 2005, que o Governo Francês havia decidido, mediante decreto de 8 de Novembro de 2005, aplicar a lei de 3 de Abril de 1955 ao declarar o estado de emergência.

Tenho a honra de informar V. Ex.ª que, por decreto de 3 de Janeiro de 2006, foi posto termo, a contar do dia 4 de Janeiro de 2006, ao estado de emergência assim declarado e prorrogado pela lei de 18 de Novembro de 2005.

Portugal é Parte neste Pacto, aprovado, para ratificação, pela Lei n.º 29/78, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 133 (suplemento), de 12 de Junho de 1978, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 15 de Junho de 1978, conforme o Aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 187, de 16 de Agosto de 1978.

Direcção-Geral de Política Externa, 12 de Setembro de 2008. — O Subdirector-Geral para os Assuntos Multilaterais, *António Manuel Ricoca Freire*.

Aviso n.º 190/2008

Por ordem superior se torna público ter o Governo da República da Bielorrússia efectuado, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, em 25 de Janeiro de 2006, a adesão ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados.

Notificação

«The Secretary-General of the United Nations, acting in his capacity as depositary, communicates the following:

The above action was effected on 25 January 2006, with:

‘Declaration

The Republic of Belarus, pursuant to article 3 of the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the involvement of children in armed conflict, declares that voluntary recruitment of citizens into the armed forces of the Republic of Belarus shall occur upon the attainment by them of 18 years of age.

Admission to a military academy, to which citizens aged 17 years or over, including those who attain 17 years of age during the year in which they are admitted to such an academy, are entitled, in accordance with article 43 of the Act of the Republic of Belarus of 5 November 1992 on Military Obligations and Military Service, shall constitute an exception to the above. Such admission shall not be forced or coerced.

The legislation of the Republic of Belarus guarantees that entry into military service as a cadet at a military academy:

Shall be voluntary;

Shall occur with the informed consent of the person’s parents or legal guardians;

Shall occur on condition that such persons are fully informed of the duties involved in military service;

Shall be permitted on condition that such persons provide reliable proof of age prior to acceptance into military service.’

The Protocol will enter into force for Belarus on 25 February 2006 in accordance with its article 10 (2) which reads as follows:

‘For each State ratifying the present Protocol or acceding to it after its entry into force, the present Protocol shall enter into force one month after the date of the deposit of its own instrument of ratification or accession.’

2 February 2006.»

Tradução

O Secretário-Geral das Nações Unidas, agindo na sua qualidade de depositário, comunica o seguinte:

A adesão acima mencionada teve lugar em 25 de Janeiro de 2006, com:

«Declaração

A República da Bielorrússia, nos termos do artigo 3.º do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados, declara que a idade mínima de recrutamento voluntário nas forças armadas nacionais é de 18 anos.

Está prevista uma excepção para a admissão nas escolas militares às quais, nos termos do artigo 43.º da Lei Relativa às Obrigações Militares e ao Serviço Militar, de 5 de Novembro de 1992, os cidadãos têm o direito de se apresentar a partir da idade de 17 anos, incluindo os que atingirem essa idade durante o ano da sua admissão. Tal admissão não se deve realizar através da força ou da coacção.

A legislação da República da Bielorrússia garante que:

A admissão ao serviço militar na qualidade de cadete de uma academia militar é voluntária e tem lugar com o consentimento esclarecido dos pais ou representantes legais do interessado;

Os interessados são plenamente informados dos deveres que decorrem do serviço militar;

Os interessados apresentam prova fiável da sua idade antes de serem aceites no serviço militar nacional.»

O Protocolo entrará em vigor, relativamente à Bielorrússia, em 25 de Fevereiro de 2006, em conformidade com o seu artigo 10.º, n.º 2, que estipula:

«Para cada um dos Estados que ratifiquem o presente Protocolo ou a ele adiram após a sua entrada em vigor, o presente Protocolo entrará em vigor um mês após a data de depósito do respectivo instrumento de ratificação ou de adesão.»

2 de Fevereiro de 2006.

Portugal é Parte deste Protocolo Facultativo, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 22/2003, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 74, de 28 de Março de 2003, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 22/2003, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 74, de 28 de Março de 2003, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 19 de Agosto de 2003, conforme o Aviso n.º 211/2003, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 251, de 29 de Outubro de 2003.

Direcção-Geral de Política Externa, 12 de Setembro de 2008. — O Subdirector-Geral para os Assuntos Multilaterais, *António Manuel Ricoca Freire*.

Aviso n.º 191/2008

Por ordem superior se torna público ter o Governo da Indonésia efectuado, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, em 23 de Fevereiro de 2006, a adesão ao Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.